

# **FUNDEF E FORMAÇÃO CONTINUADA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS**

**Isabel Cristina da Silva Fontineles  
SEMEC/ UESPI**

## **RESUMO**

O presente artigo visa analisar a formação continuada do professor da rede municipal de Teresina. Esta formação aponta para os recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Fundo este voltado para formação inicial. Tal redistribuição, segundo representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), aconteceu em 2004. Para tanto, foi realizada análise documental e recorreu-se à bibliografia pertinente a formação de professor como Mizukami (1996); Belloni (2000), entre outras fontes, inclusive oral. Neste sentido, os profissionais colaboradores perceberam que o Fundef contribuiu com a formação dos professores em Teresina no interstício de 1996 a 2006.

## **INTRODUÇÃO**

O Convênio firmado entre a Prefeitura de Teresina e a Universidade Federal do Piauí, assinado inicialmente em 1998, para a qualificação de professores da Rede Municipal de Ensino em cursos de graduação, em seu 6º termo aditivo previa em sua segunda cláusula, término do convênio para junho de 2007. Isso está diretamente relacionado à legislação que criou o Fundef, que previa o ano de 2006 como o prazo limite de vigência do Fundo. Assim, a previsão para formação em nível superior dos professores da SEMEC estava em consonância com os prazos do Fundef.

A legislação do Fundef permitia a utilização de até 60% dos recursos previstos para o Ensino Fundamental para qualificação dos professores que estivessem em efetivo exercício do magistério e que ainda não tivessem formação superior em nível de graduação. Isso, portanto, indica que os recursos não estavam reservados para qualificação em pós-graduações.

A política de Pós-Graduação instituída na Rede Municipal de Teresina não teve como razão principal a insuficiência de formação, neste nível, entre seus professores, mas a preocupação se evidencia no fato da redistribuição do recurso que desde 1998 a 2004 vinha sendo aplicado para formação inicial dos professores que até então não possuíam seu curso superior. Isso foi demandado, a partir da análise feita pela SEMEC,

pelo fato de que não havia mais nenhum profissional que se habilitasse para formação inicial.

Em entrevista ao jornal Diário do Povo do dia 01/11/2002, o então Secretário Kleber Montezuma declara que

Temos mais cerca de 425 para entrar na universidade. O nosso objetivo é capacitar todos os professores da rede municipal. Vamos incentivá-los para isso, mas que existiam aqueles que estavam perto de se aposentar e resistem um pouco (DIÁRIO DO POVO, 2002).

Na verdade, pelos documentos e informações obtidas junto à SEMEC, não havia interesse do Poder Público Municipal em investir na formação de professores com tal perfil, uma vez que pouco teriam a contribuir, segundo essa ótica administrativa. A formação desse grupo não se dava, portanto, em razão da recusa dos docentes mais experientes, mas por iniciativa da própria Prefeitura.

Em relação aos recursos do Fundef reservados para convênios para a oferta de Especializações pela Rede Municipal de Ensino de Teresina, um membro do Departamento de Ensino da SEMEC revelou que foi feita uma redistribuição dos recursos para financiar Especializações de professores de 5ª à 8ª série, e para professores alfabetizadores – como consta nos dados do Quadro 3 - informando também que já foram concluídas em 2005 duas turmas de Especializações, uma em Alfabetização (40) e a outra em Metodologia da Matemática (97), cujo público alvo incluía também pedagogos. Essas pós-graduações foram oferecidas em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e com o Instituto Camilo Filho – uma instituição privada de ensino superior.

Em 2006, foram oferecidas nove Especializações, com término previsto para 2007 e 2008. De acordo com informações obtidas na SEMEC e entre os professores entrevistados, os critérios utilizados foram a inscrição e um teste seletivo.

Os cursos ofertados seguem no Quadro 1, com as respectivas instituições superiores que fizeram parceria com a PMT/SEMEC, para esta segunda etapa de oferta destas especializações.

**Quadro 1 - Especializações ofertadas em 2006**

<b>PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>PROFISSIONAIS</b>	<b>Nº DE PART.</b>	<b>CONVÊNIOS</b>
Gestão da Aprendizagem	Técnicos da SEMEC	17	PUC-PE
Afrodascendência	Prof. de História, Geografia e Ling. Portuguesa	20	UFPI
História da Arte	Prof. de História e de Arte	12	CAMILO FILHO
Informática Educativa	Professores e Pedagogos	06	PUC-RJ
Gestão de Cidades	Técnicos da SEMEC	06	UFPI
Metodologia de História	Professor de História	21	UFPI
Metodologia de Geografia	Professor de Geografia	24	UFPI
Metodologia de Líng. Portuguesa	Prof. de Língua Portuguesa	53	UFPI
Metodologia de Ciências	Professor de Ciências	36	UFPI
<b>TOTAL</b>		<b>195</b>	

Fonte: Fontineles, 2007/ Divisão de Apoio ao Magistério/SEMEC.

Os cursos de Pós-graduações oferecidos pela SEMEC a partir de 2004 visavam qualificar os profissionais da educação municipal e os professores, sobretudo os que estavam em turmas de 5ª à 8ª série. Até então estes professores só haviam recebido formação por meio dos cursos de PCNs em Ação. Após a conclusão das Especializações, os profissionais poderiam inclusive progredir na classe funcional, recebendo um acréscimo em sua remuneração.

Ainda com base num questionário elaborado para esclarecer alguns depoimentos dos professores em relação a condução da SEMEC dessas formações e capacitações, a representante da Gestão Escolar desta Secretaria revela ainda que 314 (trezentos e catorze) professores, entre 2004 e 2006, foram qualificados através de especializações.

Conseguiram elevar dessa maneira a uma nova classe como estabelece o PDET/2003. Foi possível observar, através das entrevistas, o impacto dessa política em sala de aula, após a qualificação recebida. Um salto qualitativo é demonstrado, dentre outros, nos cursos de Apoio Pedagógico Específico (APE) - Laboratório de Aprendizagem. Além disso, a SEMEC passou a trabalhar com as Oficinas de intervenção em Matemática e Língua Portuguesa, a partir dos resultados da avaliação externa para auxiliar os professores em metodologias que revertessem os baixos índices de desempenho apresentados nas turmas de 1ª à 4ª série (Atuais 2º ao 5º ano). A

formação continuada via Pós-Graduação é importante, mas o cerne dessa pesquisa constitui-se em discutir a formação inicial, como ocorrerá a seguir.

É importante observar a variedade de cursos oferecidos, sendo que os que contaram com mais integrantes oriundos da SEMEC foram as Especializações em Metodologia de Língua Portuguesa (53) e Metodologia das Ciências (36) e os que contaram com menos participantes da SEMEC foram as Especializações em Informática Educativa (06) e em Gestão de Cidades (06). Vale ressaltar que nestas últimas, assim como em Gestão da Aprendizagem, houve a participação de pedagogos e técnicos da SEMEC.

Independente dos desajustes em relação à aplicação dos recursos do Fundef em cursos que a legislação não prevê, esses cursos possibilitam uma melhor qualificação profissional, além da interação com outros profissionais, pois este processo proporciona interações e também integra, uma vez que segundo Mizukami (1996) o magistério vem sendo analisado como uma profissão solitária. Senão, vejamos a opinião da professora do município de Teresina, em relação aos cursos oferecidos pela SEMEC ou por seus convênios:

Tenho conhecimento do projeto GESTAR, PROFA, das oficinas de matemática, das oficinas de língua portuguesa que fazem parte do conjunto de atividade da SEMEC via Fundef. Mas a minha experiência grande foi como formadora, inicialmente eu me lembro bem, inicialmente eu participei como professora cursista por um semestre apenas. E nos períodos que se seguiram nós tivemos um trabalho de dois anos, eu trabalhei como formadora então [...] e foi a partir daí, que eu fui estimulada a promover a minha própria formação continuada e a atingir o mestrado como eu já citei anteriormente. Então essa perspectiva de formação continuada atingiu não só a mim, eu pude perceber que os professores cursistas, aqueles que ainda não eram especialistas passaram a se interessar por essa conquista, por continuar estudando, esse processo que muito é importante dentro da nossa área. Se nós somos formadores de consciência, estudar constitui uma prática permanente, uma responsabilidade incansável de encontrar melhor forma de trabalhar, de encontrar a melhor forma de construir valores, enfim de inovar metodologicamente. Então continuar estudando é o alicerce pra isso, pra esse tipo de conquista (Professora Isolda).

A percepção de melhoria na qualificação, exposta pela professora citada, evidencia a validade das intervenções propostas pelas políticas públicas no Município de Teresina. Nesse sentido, observa-se a aplicação da política pública como uma ação intencional do Estado junto à sociedade e por estar voltada para a sociedade e envolver

recursos sociais, que, neste caso, pretende-se avaliar a valorização do magistério em Teresina, uma vez que, segundo Belloni et al (2000), toda política pública deve ser sistematicamente avaliada do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais.

Já o professor Garder diz não ter cursado nenhum destes cursos de qualificação, pois já possuía Licenciatura Plena e que a partir de 1998 – ano da implantação do Fundef no município de Teresina - a SEMEC priorizou aqueles que ainda não possuíam o curso superior, indicando que nesse momento respeitou-se o que prevê a legislação do Fundef, o que se confirma na voz desse membro do SINDSERM, quando se questionava se ele tinha conhecimento de algum curso financiado com recursos do Fundef:

Eu particularmente não participei, até por estar afastado da sala de aula, a última qualificação que fiz foi a discussão dos PCNs na fase inicial, não agora, nesse segundo momento, onde estavam discutindo ainda a sua implantação, quando elas eram apenas propostas ainda. De lá pra cá eu não tive nenhuma atividade de formação no município. Nesse período de 1998 a 2001, a Prefeitura estava se organizando, de certa forma priorizando os que não tinham o ensino superior, como eu era professor classe D com Licenciatura Plena, a gente ficou um pouco de fora. E depois quando foram aparecendo alguns programas pontuais, eu já estava fora da sala de aula. Ultimamente a Prefeitura tem proporcionado alguns cursos de especializações dirigidos ao pessoal da Matemática, História, Arte (Professor Garder - SINDSERM).

Quando indagados sobre algum curso financiado com recurso do Fundef, dos dez professores entrevistados, apenas três souberam especificar, arrolando a graduação em convênio com a UFPI e as especializações, dessas uma especificou também os PCNs. Cinco dos demais citaram os PCNs, o PROFA, GESTAR, as Oficinas de Matemática, o PDE. Dois disseram desconhecer totalmente.

A professora Gina esclarece que:

Dos programas oferecidos de 1ª à 4ª série, dos que eu não participei foi o GESTAR e o PROFA. E por último eu fiz uma *Especialização em Alfabetização* que também foi paga com o dinheiro do Fundef. Fiz os PCNs, foi muito bom porque quando o recebemos nós não... assim ...não sei se por falta de interesse ou sei lá o que... falta de tempo eu não me interessei muito não. Quando os PCNs chegaram eu trabalhava numa escola que tinha o Ensino Fundamental, mas eu lia sem nenhuma objetividade. Mas quando veio o curso, foi muito bom.

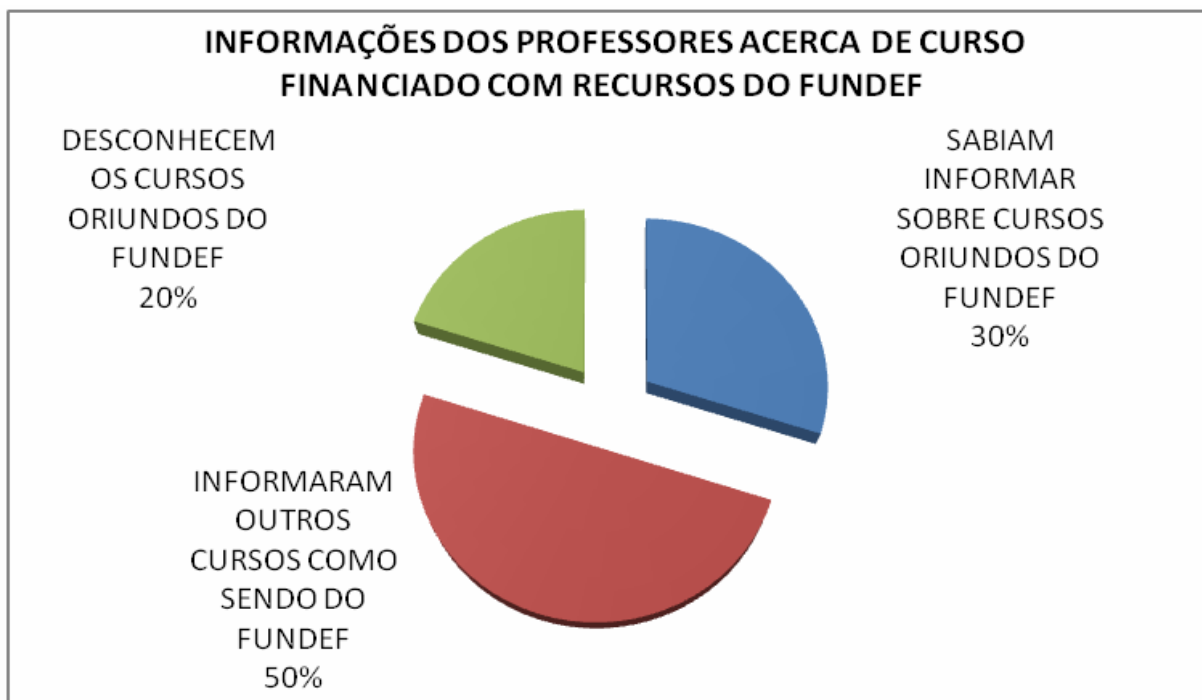
Muito proveitoso. Mais de 200 horas de curso e eu entendi muita coisa que lia e que não conseguia entender. O contato com professoras que fizeram o PROFA foi bom porque elas apresentavam mais habilidades do que quem não o fez. Havia uma interação, uma troca na hora das apresentações tanto nos PCNs quanto na especialização que nós fizemos (Professora Gina).

É muito significativo e revelador o depoimento da professora Gina no que concerne aos ganhos conquistados no ofício do magistério após os cursos de formação recebidos. Ela destaca melhoria inclusive em sua leitura, o mesmo ocorrendo entre seus colegas que apresentaram amadurecimento em suas habilidades. Essa é uma dimensão válida para ser analisada, pois indica melhoria em uma condição imaterial, muito difícil de ser mensurada apenas em números, mas que se deixa apreender em depoimentos como o dessa docente.

Um outro dado que chama atenção na fala dessa professora é o fato de que ela afirma ter realizado esses cursos paralelamente ao exercício do magistério, indicando que não houve liberação no caso desses cursos de capacitação e de Especialização. A conciliação de uma jornada de trabalho grande a uma jornada de estudo tem sido uma tônica na realidade do magistério brasileiro, o que contribui muitas vezes para a redução dos benefícios obtidos nesses cursos, além de, no geral, dificultar o desempenho profissional do professor que tem que responder por várias atribuições no campo profissional e como estudante.

Mesmo assim foi possível perceber que vários foram os ganhos qualitativos na formação docente do magistério municipal teresinense após a implantação do Fundef, embora a maioria não tenha sabido sequer que esses cursos eram financiados com recursos desse Fundo, como indica o Gráfico 4, a seguir:

**Gráfico 4 – Informações dos professores acerca de cursos financiados com recursos desse Fundef**



Fonte: Dados empíricos/Fontineles (2007)

Entre os professores pesquisados, apenas 30% soube informar cursos oriundos do Fundef, o que mostra como a maioria desconhece a origem dos cursos de capacitação recebidos pela Secretaria de Educação. Já entre os diretores entrevistados, apenas um desconhecia os cursos financiados com recursos do Fundef e apenas um não cursou ou a graduação ou a especialização proporcionada com o convênio estabelecido entre a Prefeitura e a UFPI, indicando que entre essa categoria a repercussão consciente do financiamento dessa política educacional foi maior.

Mesmo assim, a representante do SINDSERM, Professora Mara, revela alguns entraves pelos quais os profissionais da educação passaram para poder garantir vaga numa das especializações oferecidas pela SEMEC, mais uma vez em razão da falta de disponibilidade de tempo, embora ela própria reconheça que não pode cursar esses cursos por estar afastada de suas funções docentes, devido ao cargo que ocupava no Sindicato:

Somente os professores, diretores de escola, mas fiquei sabendo que uma diretora de escola queria participar de um curso de especialização, ela teve que pedir exoneração da função de diretor para poder cursar a especialização. Ao que se pode ver os cursos são direcionados especificamente para professores, no entanto, a gente sabe que tem sempre as exceções, tem gente da SEMEC fazendo a especialização (Mara-SINDSERM).

No depoimento anterior a líder sindical afirma não ter podido ingressar nesses cursos de formação por estar afastada de suas atribuições docentes, contudo, revela que técnicos da SEMEC chegavam a cursá-la, embora também não estivessem em pleno exercício do magistério.

Perguntados sobre os profissionais que participavam da formação de cursos oferecidos com recursos do Fundef, os diretores revelaram que eram os professores, os pedagogos, os diretores e os técnicos da SEMEC, envolvendo desde a graduação às especializações. Como fica constatado na fala das professoras a seguir:

Professores de 1ª à 4ª série e agora o curso foi estendido aos professores de área, inclusive tem professores fazendo graduação em áreas específicas: Ciências, História. Eu não tenho conhecimento de especialização voltada somente para os pedagogos, mas já tem para a Alfabetização e agora para Gestão. Só os professores, a secretária participou de um, só não sei se com recurso do Fundef (Pedagoga Sofia).

São os formandos do curso de graduação, são professores da rede municipal, e são alguns já na pós-graduação. Nesses cursos de especialização, alguns técnicos da SEMEC estão tendo esse privilégio de fazer uma especialização, algumas pedagogas, mas é muito pequeno o número, tem que abranger uma maioria. Agora, ultimamente, estão oferecendo um curso tipo gestão aos secretários de escola, estão fazendo esse curso. Não estou sabendo direito o total de horas-aula (Diretora Hermione).

Esse ponto diverge do que prevê a lei a respeito desses cursos de qualificação, uma vez que somente os professores do Ensino Fundamental, em efetivo exercício do magistério, que não tivessem cursado Ensino Superior, deveriam ser contemplados com esses cursos de formação inicial em nível de Graduação, financiados com recursos do Fundef. A diretora Hermione esclarece que também os secretários estão tendo formação em gestão, porém não fica claro na fala tanto da Diretora Hermione quanto da Pedagoga Sofia se o financiamento aconteceu com recursos do Fundef.

A diretora Alice esclareceu que, quanto aos demais profissionais da educação como secretária, vigia e zeladoras, recebem curso de formação não com a frequência com que é oferecido aos professores, tampouco isso advém dos recursos do Fundef. Quanto ao número de vagas disponíveis para o curso de graduação, e em especial para as especializações, sente-se, na fala dos diretores, que ainda é fator de muitas queixas no



oferecimento de cursos aos profissionais da educação, dada à reduzida oferta e à grande demanda.

Ainda no que diz respeito a esse aspecto sobre quais profissionais receberam formação com os recursos do Fundef, os representantes do sindicato da classe dos professores evidenciam:

Basicamente os do Magistério. Ou são os professores e pedagogos. Os professores têm uma sede muito grande por qualificação, sempre que tem algum curso eles correm atrás. Uma coisa que o gestor não pode reclamar é que o professor não quer se qualificar. Pela natureza da atividade, não é difícil qualificar professor, falta é oportunidade. Nos últimos três anos, eles começaram a se preocupar com a formação de quem já tinha licenciatura plena. Agora já começa a diluir essa política de formação inicial, uma vez que a Prefeitura começa um outro programa que é o Servidor Universitário. Agora o professor pode pleitear uma vaga numa faculdade particular, deixa de haver essa relação da qualificação com o interesse público diretamente porque eu posso ser um professor de 1ª à 4ª série só com formação em nível médio, faço o vestibular para Letras, ou então um curso que nem tenha relação com o magistério. Boa parte dos professores que só tinham o ensino médio ingressou em licenciaturas através deste novo programa (Professor Garder -SINDSERM).

Sente-se, na fala do representante do SINDSERM, que essa diluição do oferecimento de Graduação indiscriminada aos professores, como ele próprio afirma, é algo negativo a partir do momento em que esta formação escolhida por qualquer professor esteja fora do magistério e não contribua de forma direta para a educação da Rede Municipal de Teresina. Ao passo que amplia um leque para formação inicial com o programa Servidor Universitário, não só o professor pode participar, mas qualquer servidor do município de Teresina. Muda, enfim, a natureza da política de formação específica para o professor, além de redefinir parcerias com a iniciativa privada, que em si não é ruim, mas gera em alguns servidores públicos, principalmente professores, uma insegurança quanto à qualidade dos cursos oferecidos, como foi sentido nos depoimentos colhidos.

Nesse sentido, surge a necessidade da voz dos professores e diretores para avaliar a política de formação da SEMEC. É o que confirma a diretora entrevistada, ao avaliar a formação docente recebida após a implantação do Fundef:

As maiores mudanças que eu vejo é com relação à prática efetiva de sala de aula. Antes você não via um professor de 5ª série, que é o caso da minha escola que é de 5ª à 8ª série, trabalhando, digamos, as dificuldades do texto em si, e com a formação que ele vem recebendo. Você já vê uma mudança com relação à forma como ele trabalhava que antes o professor ele não trabalhava as dificuldades de um texto, como troca de letras, a estrutura de um texto em si, ele delegava mais para os professores de 1ª à 4ª série. Hoje ele desce mais um pouco, considera o ponto de partida do aluno. Tudo isso é um investimento, pois ele vai mudando a prática, buscando outras formas de trabalhar e melhorar o rendimento desse aluno (Diretora Alice).

O ganho na condução da prática pedagógica é o principal ponto elencado como positivo após a conclusão dos cursos de formação financiados com recursos do Fundef. A melhoria da atuação docente em sua escola é atribuída, pela diretora Alice, à formação continuada, evidenciando que graças a ela, os professores da Rede Municipal têm melhorado sua metodologia e sua prática docente, portanto, melhorando também a possibilidade de aprendizagem dos alunos. Essa outra professora, avaliando a política de formação da rede municipal, afirma:

Eu aprovo. Todos têm acesso, embora funcione de acordo com a demanda. Só o que eu não aprovava era o local e o horário, porque muitas vezes a gente saía da sala de aula às 11:30, íamos em casa, tinha que entrar no curso 13:30 para sair 17:30 e já estávamos cansadas. Agora não, a gente já está sendo liberada no dia do horário pedagógico (HP) do professor de 1ª à 4ª série, que não era respeitado. Agora já está sendo respeitado e nesse dia a gente tem a parte da manhã para fazer o curso. Nós estamos participando agora do PRALER. Quanto ao local é muito distante. Temos que pegar dois ônibus para nos dirigirmos ao Eurípedes de Aguiar e que agora estão disponibilizando atrás desse colégio com maior adequação a ser inaugurado em 2007. Estão, portanto, melhorando as condições de qualificação (Professora Gina).

Novamente o item acúmulo de atividades é salientado como ponto negativo na formação recebida, gerando por falta do tempo, uma correria na vida do docente. Todavia, a qualificação é percebida por esta professora como um dos fatores preponderantes em sua formação, uma vez que antes as professoras de 1ª à 4ª séries não eram favorecidas com o horário pedagógico, conquista recente, após várias greves e assembleias realizadas com a categoria sob a liderança do SINDSERM, pois, embora a Lei n. 2.972 vigore desde 2001, somente em agosto de 2005 os professores a vêm

implementada, mais precisamente em seu artigo 44 que estabelece: “O professor terá 80% de sua carga horária em sala de aula e 20% de horário pedagógico”.

Ainda sobre a qualificação, a professora Poliana, quando evidencia que os cursos que outrora ocorriam na SEMEC não atendiam as necessidades da escola, diz:

Os cursos que nós tínhamos, além de não serem voltados para as necessidades da gente, eles pouco iam à escola, ficavam centrados mais na sede, para as pessoas que trabalhavam na sede, quase não tínhamos acesso aos cursos e os que vinham eram poucos (Professora Poliana).

Ao se referir que os cursos oferecidos, antes da implantação do Fundef limitavam-se à sede e às pessoas que lá trabalhavam, a professora refere-se à própria SEMEC. Além disso, ela destaca o difícil acesso que os professores municipais tinham de ingressar em um curso superior, revelando que após os convênios isso sofreu transformações significativas, tendo sido melhorado o acesso.

É importante observar que outros professores tinham também a visão de que os poucos cursos que aconteciam, antes do Fundef, ficavam centralizados na Secretaria. Contudo, apontaram mudanças a partir do Fundef. É o que se percebe na avaliação da professora Isolda:

Por toda a nossa fala nós não podemos deixar de reconhecer que a Secretaria de Educação tem abraçado a política de formação de seus professores, dos profissionais de educação. E nesse sentido é que a gente pode citar os PCNs, PROFA, GESTAR, objetivando avaliar o processo educativo, fazer o que os parâmetros curriculares condensam nessa perspectiva educacional, que é essa prática constante da ação, reflexão-ação. Então, eu acho que a política de formação da SEMEC está dentro dessa perspectiva “PCeênica” e que só tem que continuar dentro dessas ações, envolver mais profissionais porque é isso que motiva o sujeito agente do saber fazer a fazer bem feito, fazer com ânimo, isso, é claro, associado ao processo de valorização profissional (Professora Isolda).

A professora Isolda, além de reconhecer a política de formação da SEMEC, afirma que esta formação está dentro de uma perspectiva “peceênica”, acreditando que tudo começou com os PCNs em Ação. Como se percebe, essa professora continua afirmando ser os PCNs, o PROFA e o GESTAR, programas financiados com recursos do Fundef, demonstrando, portanto, desconhecimento em relação à utilização desses

recursos. Além disso, reconhece que essa formação necessita estar vinculada à valorização profissional, insinuando que isso não tem ocorrido a contento.

Já a avaliação feita pela professora Luma mostra uma visão otimista e positiva, momento em que não só avalia a formação da SEMEC, mas sua formação recebida pela UFPI, em convênio com a SEMEC e, portanto, com recursos do Fundef:

A SEMEC tem mais é que continuar, porque ainda tem professores que não têm curso superior, quando eu fiz foi na UFPI e a qualidade foi muito boa, tive excelentes professores, na época eu não peguei nenhum professor substituto, eu gostei muito do curso que eu fiz. Os cursos que a SEMEC ofereceu até agora eu gostei, foram excelentes. Eu estou esperando fazer uma especialização oferecida pela SEMEC (Professora Luma).

A perspectiva de uma formação continuada em forma de Especialização indica que a formação obtida incentivou o interesse em prosseguir se qualificando. E segue esta professora, revelando que sua melhora ocorreu tanto no campo profissional quanto emocional, apresentando um amadurecimento na condução de sua prática docente:

Olha, pra mim foi muito significativo, eu acho que eu melhorei bastante como profissional, depois da minha formação em nível superior, foi assim um salto qualificativo. Algumas coisas que eu não tinha conhecimento, de como se dava a aprendizagem do aluno, aquele processo, até a questão psicológica, assim uma série de coisa que pra mim estava assim obscuro e a formação ela me deu assim, esse algo a mais que eu estava precisando. Só que eu quero, como o Fundef vai sair, eu espero que melhore com o Fundeb (Professora Luma).

Embora esta professora avalie com otimismo a formação dos professores da SEMEC, espera que haja melhoras com o Fundeb, mas não detalha em que aspectos ou áreas devam ser melhoradas.

### **Formação: reflexo na escola**

No que se refere à análise de sua própria formação antes e após a implantação do Fundef no município de Teresina, os professores compartilham das opiniões apresentadas no Quadro 5, embora estas opiniões divirjam em alguns momentos.

Entretanto, em um primeiro bloco de perguntas nas entrevistas, procurou-se investigar como era a formação antes e após a implantação do Fundef. 100% dos entrevistados professores, diretores e representantes do SINDSERM revelam que antes do Fundef não havia política voltada para formação dos professores, eram poucos cursos, não havia formação continuada.

**Quadro 5- Visão dos Professores sobre sua Formação, antes e após a implantação do Fundef**

<b>PROFESSORES</b>	<b>ANTES</b>	<b>DEPOIS</b>
Gina	Não havia custeio dos cursos	Havia custeio dos cursos
Isolda	Não havia estímulo à formação	Havia estímulo a minha formação continuada e práticas inovadoras
Ana	A oferta de cursos era menor	A oferta de cursos era maior
Poliana	Não havia acesso a cursos de formação inicial de professores	Melhorou o acesso à formação inicial
Luma	Só tinha Ensino Médio	Teve a oportunidade de fazer o curso superior
Joana D'arc	Financiei minha graduação e pós-graduação	Só recebi formação através dos PCNs
Adélia	Não havia formação	Ainda precisa melhorar a formação.
Emma	Não havia preocupação com a formação	Houve preocupação com a formação
Lobato	A formação (capacitação) acontecia de forma aleatória e com número pequeno de vagas	Melhorou a formação continuada
Angelina	Os professores não eram contemplados com formação	Melhorou na parte pedagógica com a oferta de curso de graduação e até de especialização

Fonte: Base empírica da pesquisa/Fontineles, 2007

Acrescentam que esta formação após o Fundef passou a ser bastante positiva, uma vez que oportunizava a qualificação profissional:

Quando eu ingressei na Prefeitura eu tinha apenas o ensino médio, que era o pedagógico chamado, e aí eu tive a oportunidade de fazer curso superior, já em 2000, foi em 2000 quando a Prefeitura ofereceu uma turma, conveniada com a Universidade Federal e a Prefeitura. Foi feito aquele teste seletivo, e eu fui aprovada, foi quando eu tive a oportunidade de fazer um curso superior pelo Fundef, pra mim foi algo positivo neste sentido, porque eu acho que se não fosse isso ia ser mais difícil trabalhando, até a questão de você fazer um cursinho. Nessa época eu também *fui liberada só pra estudar* [grifo nosso]. Eu fiz o pedagógico em escola particular, assim a Secretaria financiou esse convênio. Atualmente estou fazendo especialização, mas por conta própria, eu não estou fazendo dessas especializações que a rede está oferecendo, mas só que pra professor de 1ª à 4ª série não está tendo no momento, teve um período que estava oferecendo, mas eu não tinha os critérios, eu não me enquadrava na época (Professora Luma).

A professora Luma descreve sua trajetória ao ingressar na graduação, inclusive o de ser liberada para estudo como está previsto, tanto na LDB/96, em seu art. 67, inciso V, quanto na Lei 9.424, em seu art. 13, inciso II, que assegura aos profissionais da educação capacitação permanente.

No entanto, existem aqueles dentre os entrevistados que embora reconheçam que houve mudança, afirmam ser o Fundef uma incógnita, pois não têm certeza se estas mudanças se deram realmente através deste Fundo. Mas é importante notar o destaque que todos deram às transformações ocorridas após sua implantação, como se confirma através do Quadro 5.

Neste quadro, apenas dois professores não evidenciaram o reflexo da formação recebida em sua prática pedagógica, enquanto os demais entrevistados destacaram em sua formação a contribuição para seu crescimento pessoal e profissional. Dos dez entrevistados, duas professoras não vêem diferença em relação à formação após o Fundef, embora deixem claro que houve uma maior oferta de cursos, aspecto evidenciado por todos os professores quando retratam o investimento da SEMEC em cursos de formação inicial e continuada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dados revelam o impacto do Fundef em relação à dimensão da formação de professor. Constatou-se que embora essa política não tenha promovido ganhos salariais efetivos para os professores do município de Teresina, houve qualificação inicial em cursos de graduação mantidos com os recursos do Fundef, embora os documentos oficiais analisados tenham apontado a Prefeitura como mantenedora dos recursos, sem especificar a origem desses recursos.

É mister reconhecer a influência da formação na prática dos professores, uma vez que disso decorre muitas de suas ações docentes. A maioria dos profissionais da educação avalia esse quesito de forma positiva. Vale assim ressaltar que dos 700 professores que precisavam da formação superior, 468 deles concluíram a graduação em Pedagogia através do convênio SEMEC/UFPI até 2006. Conforme a Secretária Executiva do Conselho do Fundef e os dados coletados na SEMEC, os gastos previstos com o Magistério ultrapassaram os 67,44% dos recursos do Fundef em 2006.

Os profissionais consultados demonstraram ter consciência de que a formação era originária direta dos recursos recebidos pela SEMEC do Fundef, e não a atribuíram em momento algum a decisões isoladas da Administração Municipal.

Outra constatação reside na afirmação de que o Fundef também foi responsável pela formação dos professores da SEMEC nas especializações. Os documentos não confirmam serem oriundos do Fundef os recursos para este fim. Os documentos atribuem serem do salário-educação, mas vários depoimentos relacionam esses cursos ao Fundef. O que se percebeu foi o crescimento da atuação da SEMEC e sua autonomia nas realizações de formação tanto inicial quanto continuada.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.424 de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. Manual de Orientações. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 14. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília: 13 set. 1996.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 53**. Dá nova redação aos art. 7, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília: de 20 dez. 2006.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CNTE – **Encontro Nacional de Formação**. Belo Horizonte: SINTE-PI, novembro, 2001.

COLARES, Maria Lília I. S. **Políticas Educacionais no Município de Santarém**. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FREITAS, Ednaldo Cícero. Greve reduz férias em uma semana. **Jornal Diário do Povo**. Teresina, 03 jan. 2002. Caderno Cidade p.11.

MIZUKAMI, M. d Graça N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional. In: REALI, A. M. de M.R.; MIZUKAMI, M.G.N. (Orgs.) **Formação de professores: tendências atuais**. São Paulo: UDUFSscar, 1996. p. 59-91.

TERESINA. **Plano Decenal de Educação para Teresina**. SEMEC. Janeiro, 2003.



